

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL: O
CASO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
FRANCISCO BELTRÃO/PR**

**THE WOMEN PARTICIPATION IN TRADE UNION STRUGGLE:
THE CASE OF THE RURAL WORKERS UNION OF FRANCISCO
BELTRÃO/PR**

**LA PARTICIPACIÓN DE LAS MUJERES EN LA LUCHA
SINDICAL: EL CASO DEL SINDICATO DE LOS TRABAJADORES
RURALES DE FRANCISCO BELTRÃO/PR**

Eder Ribeiro Borba¹

eder.rb@hotmail.com

João Edmilson Fabrini²

fabrini2@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo trata da participação feminina no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Francisco Beltrão - PR, levando em consideração o período em que a oposição venceu a eleição nesse sindicato (1978), até a atualidade (2016). O resultado do trabalho organizativo realizado pelo STR despertou o protagonismo feminino, levando as mulheres a exercer funções na direção executiva do sindicato e inclusive desdobrando-se na participação da política eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicato, Organização, Mulheres.

ABSTRACT: This article deals with the female participation in the Rural Workers Union (RWU) of Francisco Beltrão - PR, taking into account the period in which the opposition won the election in this union (1978), to the present (2016). The result of the organizational work of the RWU instigated the female protagonism, leading women to work in the executive leadership of the union and even unfolding in the participation of electoral politics.

KEYWORDS: Union, Organization, Women.

RESUMEN: El presente artículo estudia la participación femenina en el Sindicato de los Trabajadores Rurales (STR) de Francisco Beltrão - PR, considerando el período en que la oposición ganó la elección en ese sindicato (1978), hasta la actualidad (2016). Como consecuencia del trabajo de organización realizado por el STR, se despertó el protagonismo femenino, llevando a las mujeres a ejercer funciones en la dirección ejecutiva del sindicato e, inclusive, a desplegar su actividad en la política electoral.

PALABRAS CLAVE: Sindicato, Organización, Mujeres.

¹Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

²Professor de graduação e pós graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como foco a análise da participação feminina no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Francisco Beltrão - PR. Faz inicialmente uma breve reflexão da participação política das mulheres no contexto nacional, bem como a conquista de espaço da mulher no mercado de trabalho. Destacam-se, nesse contexto, a resistência das mulheres em defesa da igualdade de direitos (década de 1970), bem como sua inserção nos movimentos sociais e sindicais.

Até o início da década de 1980, o envolvimento da mulher no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão era praticamente ignorado. Após a eleição da chapa de oposição do STR em 1978, a direção adotou estratégias de envolvimento das mulheres na organização e luta sindical. Primeiramente, houve a luta pela organização da documentação pessoal da mulher, essencial para o estímulo e a sequência de outras lutas. A realização de campanha de sindicalização das mulheres foi uma estratégia da direção para estimular a participação das mulheres na instância sindical. Outro método de aproximação da direção com as mulheres foi a visita nas comunidades, com formação política para as mulheres, com o intuito de despertá-las para a luta por direitos e igualdade. Um resultado da aproximação da direção às comunidades foi a criação de um grupo de mulheres no município (coletivo de mulheres), que passou a se reunir com frequência para debater questões de gênero, direitos, trabalho, dentre outros temas, grupo que foi denominado pelo sindicato de “coletivo de mulheres”.

A aproximação da direção com a base (quadro social) era parte das estratégias da CUT (Central Única dos Trabalhadores) de fortalecimento do movimento sindical no campo. A organização sindical no contexto nacional rendeu conquistas, como o caso da inclusão das mulheres rurais nos direitos previdenciários, por exemplo.

Assim, o avanço na conquista de direitos estimulou a participação e possibilitou o fortalecimento da organização das mulheres no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão. O “coletivo de mulheres” continuou ativo, se reunindo periodicamente, o que permitiu a eleição de uma mulher para a presidência do Sindicato no início da década de 1990. Posteriormente, mais três mulheres foram eleitas para presidir um Sindicato que tradicionalmente era dominado por homens. Acrescenta-se a esse contexto de “empoderamento” e emancipação das mulheres, a participação na política eleitoral com a eleição de duas vereadoras para a Câmara Municipal de Francisco Beltrão (1992 e 2012) e uma deputada para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (2002).

A PARTICIPAÇÃO E O LUGAR SOCIAL DAS MULHERES

A sociedade brasileira possui fortes traços do patriarcalismo em que as decisões da família pertencem ao homem (chefe de família), cabendo à mulher os afazeres “secundários”, como os domésticos. Desde o período colonial verifica-se privilégios aos homens, a exemplo da Lei da Sesmaria, em que o direito à terra era concedido apenas ao homem. A mulher sempre foi considerada dependente do homem, pai ou esposo. Assim, por muitos séculos prevaleceram e se reproduziram as relações de dominação do sexo masculino sobre o feminino.

Nesse artigo, consideram-se os movimentos de resistência das mulheres que se destacaram a partir de 1970. Esses movimentos de mulheres originaram-se principalmente nas periferias de São Paulo, “através das comunidades da Igreja Católica, reivindicavam ao Estado o atendimento das necessidades básicas como creches, melhores salários e reclamavam do custo de vida” (SILVA, 2000, p. 4).

Nesse período, o Brasil estava numa crescente urbanização e industrialização e a mulher, por sua vez, iniciava sua inserção no mercado de trabalho. “A reivindicação pelas creches era apontada como um dos principais problemas, pois as mulheres precisavam trabalhar fora, para manter a família” (TELES, 1993 *apud* SILVA, 2000, p. 4). O ingresso da mulher no trabalho fora de casa abriu espaços para a participação em sindicatos e movimentos sociais. “As mulheres participando de movimentos populares sejam urbanos ou rurais, com reivindicações em nível do atendimento das necessidades básicas começam também a perceber as relações de desigualdades a que estão submetidas” (SILVA, 2000, p. 5). Emergiram frente às condições precárias de infraestrutura em que os trabalhadores estavam colocados, inseridos numa realidade de crescimento econômico em contraste com a pobreza. As mulheres sentiram-se parte do coletivo e passaram a ingressar nos movimentos, reivindicando condições básicas de vida.

Ao mesmo tempo que denunciavam desigualdades de classe, os movimentos de mulheres – ou as mulheres nos movimentos – passaram também a levantar temas específicos à condição da mulher como direito a creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher (FARAH, 2004, p. 51).

A defesa da igualdade das mulheres feita pelos movimentos convergiu com os movimentos feministas, conforme afirma Farah (2004, p. 51): “O feminismo, diferentemente dos ‘movimentos sociais com participação de mulheres’, tinha como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres”. A unificação da pauta dos

movimentos garantiu, mais tarde, a inclusão da questão de gênero na agenda pública de um regime democrático.

No campo, o aparecimento das organizações de mulheres é identificado no início da década de 1980, ressurgindo juntamente com os movimentos sociais após 20 anos de ditadura militar. As primeiras reivindicações foram pelo reconhecimento da sua profissão enquanto agricultora e por direitos recorrentes a esse reconhecimento (direitos sociais, previdenciários, sindicais) (SILIPRANDI, 2011, p. 171). Outros autores fazem a mesma constatação:

O acesso à sindicalização é a primeira demanda coletiva formulada pelos diferentes segmentos de mulheres trabalhadoras rurais (IV Congresso da Contag em 1985). As mulheres parecem assumir o fato de que fazem parte do conjunto da população que produz na agricultura, mesmo que as fontes censitárias as incluam entre os “membros da família não remunerados” (MELLO; CAPPELIN; CASTRO, 2008, p. 90-91).

Foi através do movimento sindical que as mulheres participaram de eventos públicos, cita-se a “Assembleia Nacional Constituinte, fazendo marchas até a capital federal (Brasília) e abaixo-assinados (um deles com 100.000 assinaturas)” (SILIPRANDI, 2011, p. 171). A luta dos movimentos de mulheres garantiu que fosse contemplada na Constituição Federal de 1988, a igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, I) e sua inclusão como beneficiárias da previdência social (art. 195, § 8º). “A luta pela regulamentação dos direitos adquiridos e a garantia da sua efetivação foram motivos de muitas manifestações nos anos seguintes” (SILIPRANDI, 2011, p. 172).

Resultado das manifestações, o governo regulamentou esses direitos: “as leis complementares 8.212 (Plano de Custeio) e 8.213 (Planos de Benefícios), de 1991, passou a prever o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, em regime especial” (BRUMER, 2002, p. 57). Dessa forma, se consolidou o acesso das mulheres aos benefícios previdenciários.

Por entenderem que suas demandas não eram priorizadas nos movimentos e até mesmo por existirem especificidades regionais, lideranças femininas criaram movimentos autônomos. Na década de 1990, identifica-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e a articulação das quebradeiras de coco babaçu Norte-Nordeste. Na década de 2000, o Movimento das mulheres camponesas e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas surgiram (indígenas, pescadoras, quilombolas). Grande parte das militantes rurais permaneceram em suas organizações mistas, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, disputando espaços internos e pautando as suas demandas (SILIPRANDI, 2011, p. 172).

As mulheres sujeitas desse estudo tiveram seu espaço de participação nas instâncias sindicais. Foi uma organização de mulheres dentro de um movimento sindical, que buscou, em um primeiro momento, o reconhecimento e espaço de participação social, seguido de empoderamento. Aos poucos, estas mulheres construíram sua forma própria de organização e somaram-se na luta por direitos dos trabalhadores durante a discussão da Constituinte e Constituição de 1988.

Disputaram espaços e conseguiram cargos na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, chegando até a presidência por mais de uma vez. Apesar do machismo presente na sociedade, não abandonaram a instância sindical, realizaram debates e pautaram suas demandas no conjunto da organização. Acompanharam as ações da Contag enquanto o sindicato foi filiado a ela. A partir do momento em que o sindicato passou a fazer parte da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – Fetraf Sul/Cut, no início da década de 2000, elas passaram a seguir as diretrizes e ações dessa nova estrutura sindical.

Nas últimas décadas muito se avançou do ponto de vista de igualdade de gênero, mas a mulher precisa se firmar como sujeito protagonista na transformação da sociedade. Nessa perspectiva, Valenciano (2006, p. 121) afirma que:

Muito mais do que buscar a emancipação feminina há que se buscar a emancipação do gênero humano, compreendido na sua totalidade. Essa mudança de base cultural e psicológica prevê a revolução estrutural que marca todas as classes. Deve haver uma revolução nas estruturas de poder, nas quais estão mergulhadas não só o gênero, mas também a raça, a classe.

Em sua abordagem, a autora reconhece a importância das mulheres na luta por direitos iguais aos homens e afirma que essa luta deveria “questionar a condição da classe trabalhadora na qual estavam inseridas” (VALENCIANO, 2006, p. 124). A luta por igualdade entre gêneros é constante e responsável pela união dos diferentes movimentos em defesa dessa causa. O alerta cabe para a unificação da luta, há momentos em que a questão de gênero sobrepõe a luta de classes. Ao subdividir as organizações, os movimentos enfraquecem, perdendo na disputa de forças. As mulheres fazem parte da classe trabalhadora e são fundamentais nos processos organizativos e de luta.

Medeiros (2010, p. 132) reconhece que na década de 1980 houve “ampliação dos temas sindicais que passaram a incorporar questões não estritamente relacionadas à esfera do trabalho, mas a gênero, geração, saúde, educação e lazer”. Já, a partir da década de 1990, Silva (2000, p. 7) afirma que os movimentos feministas se dispersaram e se institucionalizaram, sendo que “alguns perdem o caráter espontâneo e a-hierárquico e se

organizam sob a forma de instituições não governamentais”. Portanto, a institucionalização pode inibir a luta de gênero e principalmente a luta da classe trabalhadora.

A habilidade em tratar questões de classe e gênero dependerá de cada movimento. Segundo Paulilo (2009), alguns movimentos priorizam a luta de gênero e outros compreendem que o gênero está subordinado à luta de classe.

Os sindicalistas e o MST colocam nas relações de classe as causas da opressão que as mulheres sentem ainda de maneira difusa, e lhes propõem como solução mudar a sociedade lado a lado com seus companheiros [...]. Diferentemente, as mulheres do MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), ao se reunirem e conversarem entre si, não estão se comportando como alunas aplicadas que aprendem, com os homens, sobre movimentos trabalhistas e teoria marxista, mas estão dando vazão a raivas e angústias incrustadas na sua alma. Sem uma explicação já pronta, transmitida por jornais, boletins e cartilhas, e poupadas da vergonha secular que as faz se sentirem incapazes frente aos homens, elas estão mais livres para construir explicações nas quais as relações de gênero têm papel fundamental, pois essas relações são para elas mais visíveis no dia a dia que suas relações com o Estado ou órgãos e espaços públicos (PAULILO, 2009, p. 197).

Considerando que a relação de gênero e classe está em construção e que os desafios ainda são evidentes, o item a seguir abordará a discussão de gênero no STR de Francisco Beltrão, destacando o princípio da organização, desenvolvimento e o seu enfraquecimento, no momento em que a esfera pública municipal passou a interferir na organização das mulheres, bem como a retomada dos trabalhos novamente por dentro da instância sindical. A organização das mulheres no STR de Francisco Beltrão proporcionou muitas conquistas: formou inúmeras lideranças locais, regionais, estaduais e federais; rompeu o preconceito da participação social da mulher e discutiu seu protagonismo; debateu sobre direitos e igualdade social, dentre outras ações.

A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO STR DE FRANCISCO BELTRÃO

A participação da mulher em espaços públicos passou a ser debatida com intensidade no STR a partir do ano de 1978 com a eleição de uma diretoria de oposição no sindicato, quando começou a discussão sobre o papel da mulher para além da rotina doméstica. Antes de a oposição vencer as eleições para a diretoria, havia predomínio masculino nas instâncias do Sindicato, como é possível verificar na primeira direção eleita em 1963.

Presidente: Germano Mayer; Secretário: José Santolin; Tesoureiro: João Vitório Tomazi; Suplentes: Dionisio Paisi, Ricieri Papini, Albino Olivio Gai; Conselho fiscal: Paulo Beal, Avelino Rossi, Casimiro Casaril; Suplentes do conselho fiscal: Egidio Borguesan, Leonardo Navarini e Albino Mikvanski (Ata de eleição do STR Francisco Beltrão, 1963, p. 1).

Identifica-se a ausência de mulheres na direção do sindicato. Pode-se afirmar que nesse período prevalecia a ideia do homem como “chefe de família”, característica típica da agricultura camponesa. A mulher deveria ser a responsável pela função doméstica e ao homem cabia as atividades públicas.

Essa visão começou a ser rompida em Francisco Beltrão antes da fundação do Sindicato, ou seja, com a chegada dos padres belgas - Missionários do Sagrado Coração (MSC) - no início da década de 1960, que fundaram a Assesoar (Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural).

Seguiram na metodologia de trabalho com a juventude rural guiados pela fé/mística e valorização do ser humano. Conforme se verifica na figura abaixo, os padres belgas conseguiram envolver as jovens mulheres na participação social e iniciaram o trabalho de transformação de sujeitos.

Figura 1 – Associados(as) fundadores(as) da Assesoar -1966



Fonte: Assesoar (1966).

Assim, a Assesoar foi uma das pioneiras na discussão da participação da mulher nas decisões e não necessariamente o STR de Francisco Beltrão. No STR, esse tema passou a ser tratado, somente após a eleição da direção de oposição do sindicato (que contou com apoio da Assesoar e da Igreja Católica) e se intensificou a partir da gestão do presidente

Harley Spessato (1984 a 1987), formando uma comissão de mulheres que iniciaram o trabalho organizativo. É necessário observar que essa organização das mulheres fazia parte das estratégias de ação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), central ao qual o STR estava filiado.

Havia resistência por parte de alguns diretores (homens) quanto a participação das mulheres no Sindicato, pois o preconceito estava presente também no dia a dia do sindicato, até mesmo por parte das mulheres. Segundo Luciana Rafagnin, ex-diretora do STR Francisco Beltrão, havia dificuldade de a família entender a participação das mulheres nas atividades do Sindicato.

Havia dificuldade da família entender a participação das mulheres, resquícios de uma cultura patriarcal, onde a responsabilidade da mulher resumia-se em cuidar da casa e da família. A saída dela para a reunião não era compreendida pela sociedade e seu companheiro (RAFAGNIN, entrevista 23 out. 2015).

O trabalho inicial de organização das mulheres se deu com a campanha de documentação pessoal, como descreve a ex-diretora Zelide Possamai, de que CPF (Cartão de Pessoa Física) era um documento essencialmente masculino.

Até então o CPF era só do marido, incentivou-se as mulheres terem os documentos, fazerem o bloco de produtor em seu nome. Esses eram os primeiros passos para dar continuidade na luta das demais bandeiras (POSSAMAI, entrevista 23 out. 2015).

Nesta perspectiva, a ex-presidente do STR, Circe R. Forlin, afirma que “as mulheres não eram associadas, não tinham nenhuma documentação que comprovasse a profissão de agricultora. A certidão de casamento, por exemplo, citava como do lar”. A luta por outros direitos, previdência, por exemplo, passava primeiro pela conquista da documentação pessoal.

Para motivar a participação da mulher no Sindicato, Luciana Rafagnin (ex-diretora) afirma que “a direção incentivava a associação fazendo duas carteirinhas, uma para o homem, outra para a mulher, mas cobrava somente uma anuidade”. Na compreensão de Luciana Rafagnin “iniciava-se aí uma nova leitura da agricultura familiar, onde o planejamento deveria ser feito no conjunto da família (homem, mulher e filhos), e não apenas o homem com a função de decidir”. Até então, o homem era associado e a mulher era sua dependente. Nessa nova fase, a mulher passava também a ser titular na associação do sindicato.

A estratégia para a sindicalização da mulher surtiu efeito e as mulheres passaram a compor o quadro social do Sindicato. A partir das conquistas, o número de mulheres associadas ao Sindicato aumentou. Essa participação, estimulada pelas conquistas de

direitos, foi um “fenômeno” verificado em outros sindicatos de trabalhadores rurais e não apenas ocorrido no STR de Francisco Beltrão.

Este fato chamou a atenção de alguns estudiosos, dentre eles Paulilo (2009, p. 191), que abordou a questão fazendo um alerta de que o aumento no número de mulheres sindicalizadas poderia não significar necessariamente mudança no comportamento tradicional dos sindicatos.

A busca dos direitos trabalhistas levou a um aumento bastante significativo do número tanto de mulheres associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como daquelas que têm todos seus documentos em ordem. [...] mas é preciso não confundir sindicalização com militância política [...]. Na imensa maioria dos casos, a sindicalização foi apenas uma maneira de as mulheres terem acesso aos direitos trabalhistas, não implicando tal fato em nenhuma outra alteração do seu comportamento tradicional (PAULILO, 2009, p. 191).

Segundo Zelide Possamai, ex-presidente do STR Francisco Beltrão, houve uma importante discussão de base para que as mulheres pudessem efetivamente participar das decisões e elevar sua autoestima.

A gente começou com as reuniões no município, tinha uma coordenadora municipal e cada comunidade tinha um grupo de mulher, se reunia mensalmente, tinha uma programação, metas para executar e um trabalho em conjunto com a região. Fazia-se campanha de documentação, sindicalização, levantava-se a autoestima, trabalhos com chás caseiros, construção de hortas. Visitava todas as comunidades, campanha da luta do salário maternidade, quase que uma reunião por mês, nas comunidades mais organizadas fazia-se mais (POSSAMAI, entrevista 23 out. 2015).

O trabalho organizativo das mulheres contou com o apoio e a colaboração de outras organizações, das quais se destacam a Igreja Católica e a Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural). Luciana Rafagnin (2015), ex-diretora do STR, afirma que “era uma época de boa relação com a igreja, muitos padres valorizavam a luta sindical, principalmente na organização das mulheres”.

Circe R. Forlin, ex-diretora do sindicato, afirma que no princípio foi um trabalho lento, o qual contou com a colaboração também dos homens que compunham a direção. A ex-diretora afirma ainda que o período de maior dificuldade foi no final da década 1980 quando se iniciaram os trabalhos de base, mas ainda não haviam resultados concretos da organização que pudessem estimular o envolvimento de mais mulheres.

Segundo a ex-presidente Zelide Possamai, as dificuldades financeiras eram muitas e contaram com a ajuda financeira da Igreja, além de doações espontâneas e realização de festas para arrecadar fundos a fim de implementar o trabalho de organização. A ex-diretora cita um fato inusitado ocorrido em Curitiba, que ficará para sempre na sua lembrança “foi o dia em que tivemos que dormir dentro de um cemitério desativado, em cima de túmulo”.

Terezinha Sukenke, outra ex-presidente do Sindicato afirma que foi um período muito difícil:

Quando assumimos o STR, tinha dinheiro no cofre, mas com validade vencida, devido à alta inflação vivenciada no país nesse período, a moeda mudava rapidamente e encontramos envelopes guardados com dinheiro, mas sem serventia e não tinha como pagar as despesas. O número de associados era entre 50 a 100. Não se fazia contabilidade, esse foi um grande desafio, colocar o sindicato em dia (SUKENSKE, entrevista 23 out. 2015).

Além da dificuldade financeira, Luciana Rafagnin apontou a infraestrutura como entrave no desenvolvimento das atividades de organização das mulheres:

O sindicato tinha no período somente um fusca, o qual servia para o trabalho dos três diretores. Para realizar as reuniões com as mulheres nas comunidades, tinha que sair um dia antes, de ônibus, dormir numa família, realizar reunião na parte da tarde, dormir novamente e retornar somente no outro dia. Isso se repetiu até ter um fusca para esse fim (RAFAGNIN, entrevista 23 out. 2015).

Outra dificuldade foi quando da luta pela seguridade social (previdência) das mulheres em Brasília, quando enfrentaram a cavalaria da polícia. Além disso, tiveram que permanecer por aproximadamente vinte dias em Brasília, “sem dinheiro para alimentação, arrecadava um sache de farinha de mandioca e comia com água, na verdade nós não sabíamos nem comer (comida típica nordestina)”, o que demonstra as dificuldades durante as lutas por igualdade.

Cabe destacar que a luta das mulheres, em conjunto com os homens, resultou na conquista da “previdência social rural”, estabelecida na Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito de segurado especial às agricultoras. Em 1992 foram efetivadas as conquistas de direitos quando foi equiparado o salário mínimo, tanto para o homem quanto para a mulher e reduzido o limite da aposentadoria por idade, sendo 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher.

Outra importante conquista para as mulheres, resultante das lutas, foi a aprovação do direito ao salário maternidade:

A legislação aprovada em 1988, além da aposentadoria, previa a concessão do salário-maternidade às mulheres trabalhadoras rurais, mas este item foi vetado pelo Presidente Collor por ocasião da regulamentação da legislação previdenciária em 1990. Posteriormente, graças às pressões exercidas pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais junto aos parlamentares, seu direito ao salário-maternidade foi aprovado em agosto de 1993 e regulamentado um ano depois. Através deste benefício, quando têm um filho(a), as mulheres trabalhadoras rurais passam a receber um benefício equivalente a um salário-mínimo mensal, durante quatro meses (120 dias), benefício que, na Constituição de 1988, foi estendido de três para quatro meses para as trabalhadoras urbanas (BRUMER, 2002, p. 58-59).

A conquista de direitos para as mulheres proporcionou um aumento na quantidade das participantes no Sindicato. O estímulo à participação feito pela direção do Sindicato

resultou em uma grande conquista no início da década de 1990 que foi a eleição de uma mulher presidente do sindicato de Francisco Beltrão, Zelide Possamai, permanecendo por dois mandatos (1993 a 2000), fato inédito até então no município de Francisco Beltrão, bem como outros municípios e região. Zelide Possamai já fazia parte da direção anterior e contribuía nos trabalhos de organização das mulheres. Além dela, sua companheira no trabalho anterior, Terezinha Sukenske, foi eleita tesoureira.

No entanto, a barreira do preconceito continuava presente entre as mulheres, e principalmente entre os homens sindicalizados, quando emitiam sinais de descrédito à uma Presidente mulher, conforme depoimento da própria diretora.

Os homens chegavam até o sindicato e procuravam por um homem presidente, no momento em que se apresentava uma mulher, muitos nem esperavam para conversar. Diziam: se já está difícil ser coordenado por homem, imagina por uma mulher (POSSAMAI, entrevista 23 out. 2015).

O “mandato feminino” precisou combater o machismo e pelo que se verifica, a resistência das mulheres manteve viva a chama de igualdade e empoderamento da mulher. Vale destacar que a presidência do STR foi comandada depois da Sr^a. Zelide Possamai, por mais três mulheres, resultado da discussão do protagonismo feminino: Terezinha Sukenske (2000 a 2007), Daniela Celupi (2007 a 2013) e Cristiele P. Steimbach (2013 a 2017).

Outra conquista foi a participação da mulher na política eleitoral, com a eleição de Luciana G. Rafagnin por dois mandatos como vereadora (1992 a 2000), vindo a ser eleita posteriormente em 2002 como Deputada Estadual, permanecendo até 2014 no cargo. No ano de 2012, Daniela Celupi, ex-presidente do STR, também foi eleita vereadora e reeleita em 2016.

Outras mulheres que passaram por formações políticas na instância sindical e até exerceram função na coordenação do “coletivo de mulheres” do sindicato, vieram posteriormente a ocupar cargos públicos municipais. Na tentativa de articular a organização das mulheres por dentro da instância pública, não lograram êxito, ocasionando no enfraquecimento do coletivo. Essa questão é apontada por Cristiele P. Steimbach, diretora atual do Sindicato: “houve uma quebra quando o poder público esteve à frente da organização. As próprias lideranças do sindicato foram para a prefeitura, tentaram organizar por dentro da instância municipal, mas resultou em uma baixa”. É possível afirmar que o problema não estava na pessoa que coordenava, mas no caráter da organização, que acabou perdendo “o caráter espontâneo e a-hierárquico” da organização de base.

Essa mesma afirmação do enfraquecimento do coletivo de mulheres, quando a coordenação assumiu cargos públicos na administração ou legislativo municipal e estadual,

é feita por Daniela Celupi, ex-presidente e diretora atual do Sindicato de Francisco Beltrão. A diretora destaca que quando assumiu a presidência do sindicato em 2009, precisou reiniciar o trabalho.

Realizou um encontro com 40 mulheres para pensar as diretrizes, de lá para cá avançou muito. Retomou as reuniões mensais e a organização do '8 de março' voltou para o sindicato (CELUPI, entrevista 23 out. 2015).

Nessa perspectiva de retomada do trabalho, Cristiele P. Steimbach, Presidente atual, afirma que o STR efetuou em 2009 parceria com a Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) em atividades de extensão e pesquisa (curso de Geografia), com o objetivo de trabalhar o cultivo de plantas medicinais com as mulheres. Firmou ainda parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para que as agentes comunitárias de saúde utilizassem esses conhecimentos e as ervas medicinais em suas orientações junto às famílias agricultoras. Desta vez, “tomou-se cuidado para que o poder público fosse somente parceiro, deixando a organização a cargo do STR” (Cristiele P. Steimbach, Presidente, 2015).

A estratégia de parcerias e trabalho com as ervas medicinais vem surtindo efeito e mantendo a organização permanente de um grupo de quarenta mulheres agricultoras, denominado “coletivo de mulheres”.

De 2013 para cá, viemos realizando intercâmbios com um grupo de quarenta mulheres agricultoras de diferentes comunidades do município. Fomos conhecer experiências de uma cooperativa em Turvo, a Coopaflores; na Itaipu, conhecemos um projeto que desenvolve no município de Vera Cruz, com uma associação de ervas medicinais orgânicas, a Granlago, que produz, embala, e distribui na farmácia do município, os médicos receitam. Em Francisco Beltrão, ainda não houve o convencimento da administração para implantação desta experiência. No entanto, uma experiência positiva é a parceria com a Secretaria de Educação, que possibilita a comercialização de cinco ervas medicinais na merenda escolar (melissa, hortelã, camomila, erva doce e endro), sendo produzidas por quinze mulheres. Outra parceria foi com a Secretaria da Agricultura, que viabilizou maquinários para embalagem das ervas (STEIMBACH, entrevista 23 out. 2015).

A partir do depoimento de Cristiele P. Steimbach é possível verificar um conjunto de ações desenvolvidas pelo “coletivo de mulheres”:

a) Parceria com o IAPAR para construção de aquecedores solares construídos nas propriedades com contrapartida das agricultoras;

b) Feira livre de alimentos em parceria com a Unioeste, tendo início em 2014. Atualmente acontece toda a sexta-feira, sendo conhecida como ‘feirinha do terminal’. Em 2015, abriu-se outra feirinha que conta com a participação dos homens e ocorre no Bairro Alvorada;

c) Extensão do Projeto Ervas Medicinais: parceria com a Unioeste, estendido a um bairro da cidade, onde se construiu uma horta comunitária;

d) Formação/capacitação bimestral abordando temas jurídicos (Lei Maria da Penha), dia da beleza, previdência, educação sexual, depressão, família, educação ambiental. Esses temas foram escolhidos a partir de discussão de base pelo “coletivo de mulheres”;

e) ‘Dia da Mulher’, celebrado no dia “8 de março”. Em 2015 completou-se a XVIII edição e abordou-se a questão da água – contaminação, uso, cuidados e escassez. A cada ano as edições ocorrem em comunidades rurais e recebem o apoio da prefeitura.

Verifica-se, a partir do depoimento de Cristiele P. Steimbach, Presidente atual do STR, que as parcerias desenvolvidas pelo sindicato são propositivas e contribuem na implementação de políticas públicas. Nesse caso, não há o “enfrentamento” com o Estado, mas sim, um trabalho em conjunto, ou seja, a parceria. O sindicato organiza o “coletivo de mulheres” que demandam reivindicações à administração municipal. Esta dinâmica é um dos princípios da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF, a qual reconhece que o sucesso da sua expansão deve-se muito à capacidade de contribuir de maneira propositiva na elaboração e consolidação das políticas públicas.

Quanto ao governo abrir espaço para essa participação, Souza (2006, p. 29) afirma que dependerá das diretrizes políticas adotadas e da ideologia partidária a qual o governante pertence. No entanto, reconhece que o convencimento em assumir determinada proposta de algum grupo dependerá também do poder de barganha do “grupo de interesse”.

Verifica-se que a organização das mulheres agricultoras que se iniciou no final da década de 1970 no Sindicato de Francisco Beltrão rendeu bons resultados. Colocou em debate o papel da mulher e após muitos encontros, formações e mobilizações permitiram alcançar o objetivo proposto: gerar o protagonismo feminino no Sindicato. A luta por direitos promoveu conquistas que deram dignidade à mulher agricultora.

O “coletivo de mulheres” compreendeu que para avançar na organização, a sua coordenação deverá sempre permanecer sob o comando do Sindicato, como afirma Cristiele P. Steimbach, diretora atual, em seu depoimento:

O coletivo demanda que a organização permaneça sob o comando do movimento sindical e não com o poder público (independente da pessoa que estiver à frente da secretaria). Não pode haver dependência da prefeitura, o grupo tem que ser independente (STEIMBACH, entrevista 23 out. 2015).

Apesar da coordenação do “coletivo de mulheres” estar atualmente no comando do Sindicato, ainda se mantêm as parcerias com o Estado. Há certo risco de atrelamento do Sindicato ao Estado com as “parcerias”, o que poderá levar à perda da capacidade de enfrentamento e defesa da classe.

Essa questão pode ser estendida para as demais ações de parcerias do Sindicato com o Estado, que aumentaram após o ano de 2002, quando houve a eleição presidencial brasileira e teve como vencedor Luiz Inácio Lula da Silva, caracterizado como um governo popular. Nesse contexto, o enfrentamento e as lutas combativas cederam lugar às “parcerias” entre o Sindicato e o Estado. A classe trabalhadora avançou em direitos, mas não avançou nas reformas estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a organização das mulheres por dentro das instâncias sindicais, no caso específico do STR de Francisco Beltrão, ocorreu no final da década de 1970, sob o comando da direção que venceu as oposições e contou com o apoio da Igreja Católica e da Assesoar.

A desigualdade de gênero presente na sociedade se manifestou na organização sindical. É possível identificá-lo nos depoimentos das entrevistadas, quando afirmam que as próprias mulheres tinham dificuldade em aceitar uma mulher na direção executiva do Sindicato.

A resistência ao machismo e o combate à desigualdade de gênero do “coletivo de mulheres” é identificada quando se analisa o quadro das direções do STR de Francisco Beltrão. Desde que a primeira presidente foi eleita no início da década de 1990, outras três mulheres assumiram também a presidência. Verifica-se assim, um protagonismo feminino no Sindicato, desdobrando-se inclusive na política eleitoral, considerando que duas mulheres integrantes do coletivo organizado pelo sindicato foram eleitas vereadoras, e uma delas foi conduzida ao cargo de deputada na Assembleia Legislativa do Paraná.

Constata-se, a partir dos depoimentos, que as mulheres tiveram participação efetiva na luta de classes, principalmente na década de 1980, quando estavam em disputa os direitos dos trabalhadores, durante a discussão da Constituinte até a sua aprovação da Constituição (1988). O avanço em direitos previdenciários, por mais que seja considerado pontual e conjuntural, contribuiu no processo de continuidade na formação e organização das mulheres. Os direitos são uma importante conquista das mulheres a partir da luta que elas realizaram.

É possível identificar atualmente (2016) que o STR de Francisco Beltrão dá continuidade na organização do “coletivo de mulheres”, mas há falta de formação política do grupo.

Enquanto sindicato pode-se afirmar que houve avanços nas questões de igualdade de gêneros. As mulheres conquistaram espaços de participação e decisão. Agora, é preciso avançar a discussão para outros espaços, ampliar os debates nas comunidades rurais, discutir questões de igualdade de direitos, divisão de tarefas e hierarquização nas famílias, visando assim, uma participação plena, de homens e mulheres.

Por fim, as “parcerias” entre Sindicato e Estado são efetuadas na esfera municipal, estadual e federal. Essas mesmas parcerias, por vezes, inibem o enfrentamento de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSESOAR. 1966. Disponível em: <http://assesoar.org.br/?page_id=25>. Acesso em: 13 fev. 2016.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002. ISSN 1807-0337. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do Século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

MELLO, Hildete Pereira de; CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná de. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

PAULILO, Maria Igenes S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da igualdade de gênero. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: UNESP, v. 2, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: Sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Revista Pensamiento Iberoamericano**. Campinas, n. 9, 2011. ISSN 0212-0208. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SILVA, Suzana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: Algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 262, 2000. ISSN 1138-9796. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudos%20de%20g%C3>>

AAnero%20no%20BRasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STR. **Assembleia de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**. 1963. Francisco Beltrão. Ata n.1, p.1.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra**: discutindo relações de classe e gênero. Presidente Prudente: UNESP, 2006, p. 121-124.

ENTREVISTADAS

Diretoras:

CELUPI, Daniela. Ex-presidente e diretora atual, STR de Francisco Beltrão.

POSSAMAI, Zelide C. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão.

RAFAGNIN, Luciana G. Ex-diretora, STR Francisco Beltrão.

STEIMBACH, Cristiele Parizotto. Presidente atual, STR Francisco Beltrão.

SUKENSKE, Terezinha. Ex-presidente, STR Francisco Beltrão.

Recebido em: 10 de agosto de 2016

Aceito em: 06 de dezembro de 2016